



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000427-04.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Sustação de Protesto**
Requerente: **Adilson Ferraz**
Requerido: **Gislaine Gracia Marques**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra o protesto de cheques que sofreu por iniciativa da ré, ressaltando que eles foram furtados de sua residência, que não os emitiu e que atinavam a conta encerrada há anos.

A ré em contestação admitiu o encaminhamento de dois cheques supostamente emitidos pelo autor a protesto, lavrados em 05/12/2017, o que de resto está cristalizado a fls. 13/16.

Por outro lado, patenteou-se a fls. 17/21 que no dia 29/08/2017 vários objetos foram furtados da residência do autor, aí incluídos dois talões de cheques com numeração 000120 a 000160 (ressalvo que os cheques protestados eram de número 000154 e 000153).

Tais cheques versavam sobre conta encerrada em 24/11/2012 (fl. 22) e não foram compensados por divergência de assinatura (fl. 56).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos denota a irregularidade dos protestos trazidos à colação.

Isso porque ficou claro que a ré não tomou as cautelas mínimas ao receber as cédulas (nada indica que buscou saber a identidade da pessoa que se apresentou e muito menos que tivesse feito pesquisa para saber se a conta correspondente permanecia ativa) e, como se não bastasse, mesmo ciente da sua devolução por incompatibilidade de assinaturas em 16 de outubro e 20 de novembro deu causa à consumação dos protestos em 05 de dezembro.

É o que basta para a declaração da inexigibilidade do débito e do cancelamento dos protestos, inexistente lastro que lhe desse guarida.

Já a indenização para ressarcimento dos danos morais igualmente se impõe em face dos protestos indevidos, de acordo com pacífica jurisprudência:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO. DANO IN RE IPSA, AINDA QUE SOFRIDO POR PESSOA JURÍDICA. SÚMULA 83/STJ.

1. Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica.

2. “Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida” (súmula 83/STJ).

3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO” (STJ, AGRG no AG nº 1261225/PR Relator Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJE 15/08/2011).

“O protesto indevido decorrente de dívida de responsabilidade do corréu acarreta prejuízo moral, sendo desnecessária a prova do abalo” (TJ-SP, Apelação nº 1010723-62.2016.8.26.0564, 28ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. CESAR LACERDA, j. 27/03/2017).

“Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (STJ - REsp 1.059.663/MS - 3ª Turma - Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI - j. 02.12.2008).

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes (assinalo aqui que a ré em contestação deixou claro que desenvolve modesto comércio sem auferir lucros há tempos – fl. 53, parte final do terceiro parágrafo, ao que o autor não contrapôs elementos consistentes) e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos, bem como para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 29, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 15 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**